



# Preservar direitos

**Perspectivas** *Novo governo traz insegurança para as políticas sociais no país enquanto o Congresso poderá colocar em votação pautas conservadoras*

Samantha Klein\* e  
Emerson Trindade\*\*

O clima de ódio e medo, observado ainda antes das eleições de 2018, contaminou as relações pessoais e resultou na contestação de políticas sociais, educacionais e econômicas já consolidadas no Brasil. Diante de uma onda conservadora que avança a passos largos, temas como a preservação dos direitos humanos são vistos como o acobertamento de criminosos e avanços em discussões sobre gênero e raça são demarcados como ideologias, corrompendo o sentido pedagógico do debate.

Em termos de base de sustentação, o novo presidente da República contará com um perfil mais conservador no Congresso. A Câmara dos Deputados e o Senado terão, a partir de 2019, uma das maiores taxas de renovação das últimas décadas, com uma maioria de deputados federais e senadores sem mandato no Congresso conquistando uma cadeira. No caso do Senado, de cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram se eleger novamente. Assim, temas como Escola Sem Partido, propostas de revogação do Estatuto do Desarmamento, projetos de lei para alterar as regras de licenciamento ambiental e as já restritas possibilidades de realização de aborto legal poderão voltar ao debate.

**Avanço conservador** – O PSL foi o partido que mais cresceu nas últimas eleições parlamentares, saltando de uma para 52 cadeiras na Câmara Federal, ficando atrás apenas do PT. No Senado, conquistou quatro vagas – até este pleito não havia elegido nenhum senador. O Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp fez uma avaliação da nova composição parlamentar e do perfil dos eleitos, verificando que a centro-direita encolheu. Essa retração se mostra com os resultados de partidos tradicionais, como MDB e PSDB que, juntos, perderam 56 cadeiras. Já a esquerda teve pequena retração.

Os novos parlamentares e os reeleitos vão se deparar com pautas que já avançaram em algumas comissões da Câmara a partir da atuação da bancada

BBB (boi, bala, bíblia), que reúne representantes do agronegócio, de congregações católicas e protestantes e de entidades que defendem o armamento da população. Alguns dos projetos ferem direitos mínimos garantidos. É o caso de propostas que pretendem restringir ainda mais as possibilidades de realização de aborto legal. Atualmente, as mulheres somente podem fazer o procedimento em casos de estupro, fetos anencéfalos ou na possibilidade de morte da própria mãe. O cientista político Bruno Lima Rocha, professor dos cursos de Jornalismo e Relações Internacionais da Unisinos, diz que o PSL formará uma tropa de choque no Congresso.

O pesquisador destaca que, além das pautas conservadoras, existe o que caracteriza como o “conservantismo social”, que trata da preservação das relações sociais heteronormativas, monogâmicas e centralizadas na ideia da supremacia eurocêntrica. “Esse tipo de estupidez se reverte em uma política autoritativa. Porque ainda não sabemos se o discurso do presidente eleito é apenas proselitismo político ou se realmente poderá se configurar na aprovação de suas ideias. Seja como for, o prejuízo social já está feito, já que as pessoas se sentem autorizadas”, adverte o docente, aludindo aos recentes episódios de violência vinculados à polarização política.

Por outro lado, a redução da bancada vinculada aos sindicatos, mais ligada à esquerda, também poderá trazer prejuízos aos trabalhadores, segundo o professor do Programa de Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) Fernando Vieira. A bancada sindical será consideravelmente menor, levando em conta que somente 33 representantes foram eleitos para a Câmara Federal, em comparação aos 51 que atualmente exercem mandato.

O levantamento é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base nos dados oficiais da Justiça Eleitoral. A partir do próximo ano serão 18 deputados a menos no debate dos interesses dos trabalhadores, como direitos previdenciário e trabalhista. A queda segue uma tendência que já vinha se verificando desde as eleições de 2014, quando a

bancada sindical caiu de 83 para 51 integrantes. “A eleição do presidente eleito, unida a uma bancada menor, favorece o processo de desmonte dos direitos trabalhistas. Ou seja, haverá uma dificuldade muito maior para eventualmente reverter qualquer um dos dispositivos da reforma já aprovada”, enfatiza.

Essa redução não tem relação somente com a onda conservadora. Conforme Vieira, um dos aspectos mais importantes foi a alteração, ainda em 2008, de diretoria da Central Única dos Trabalhadores, importante agente da luta sindical, que a tornou mais um instrumento de legitimação das políticas do governo Lula do que efetivamente uma entidade sindical que tenha um eixo de atuação em favor dos trabalhadores. “Tanto é que no pós-governo de Lula há uma divisão interna da CUT com a criação da CTB, Intersindical, Conlutas. Ou seja, há uma compreensão por parte dos trabalhadores de que a CUT perde a sua principal característica, que é a intransigência na defesa dos trabalhadores”.

A profusão de sindicatos e candidatos ligados a eles, além da redução drástica da arrecadação da contribuição sindical, fez com que os postulantes a vagas no Congresso se vissem sem financiamento para as campanhas. “No Rio de Janeiro, por exemplo, o deputado federal Chico Alencar (PSOL), que tentou se eleger senador, durante muito tempo foi eleito parlamentar pelo voto dos professores. Havia um caminho natural para isso e dessa vez não aconteceu. O movimento sindical não está conseguindo encontrar lideranças que efetivamente tenham força política junto à categoria”, finaliza Vieira.

**Educação e preconceito** – A polêmica do “kit gay” foi explorada na campanha do presidente eleito. Em um vídeo postado nas redes sociais e em discursos na tribuna da Câmara dos Deputados, ele afirmou que alunos de escolas públicas receberiam um livro que ensinaria sexo para crianças e como ser homossexual. O material nunca chegou às escolas nem tinha o teor difundido por ele.

A oposição à discussão sobre questões de gênero tem amparo em agendas religiosas, assim

como o combate ao casamento homossexual e ao aborto com o discurso do suposto risco à destruição da família. Conforme pesquisadores da Educação, o debate educacional sobre gênero e identidade pode colaborar na prevenção à violência contra a mulher, à homofobia e à gravidez na adolescência. Para a professora da Faculdade de Educação (Faced) Jane Felipe, a perspectiva de ideologia de gênero é um retrocesso baseado em uma confusão proposital: “Uma coisa são as relações de gênero, ou seja, como são construídas as masculinidades e feminilidades a partir de contexto histórico e social. Outra coisa são as identidades de gênero, ou seja, a forma como as pessoas orientam seus desejos afetivos sexuais para pessoas do mesmo sexo”.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pelo Congresso Nacional, após várias discussões, sem o trecho que se referia especificamente a gênero, tendo como consequência a ausência do tema em planos municipais e estaduais. A professora Jane Felipe destaca que a medida despertou receio em trabalhar com o tema em sala de aula. “Soma-se a isso a disseminação desse pânico moral entre as famílias, que passam a pressionar as escolas, e os vários grupos organizados que ameaçam os educadores dentro da perspectiva do movimento Escola sem Partido. Acontece que a escola deve ser entendida como um lugar produtor de conhecimento, o que significa dizer que qualquer tema que a criança traga para a escola deve ser discutido, até porque informação também é proteção. A violência igualmente se afirma por conta do preconceito de gênero.”

A discussão sobre planos de educação no Brasil foi um dos elementos que deixou mais claro o antagonismo entre os projetos apresentados na última eleição. Para a também professora da Faced Maria Beatriz Luce, o Brasil vive um período de expansão da escolaridade, com momentos de maior ou menor velocidade. A docente acredita que os desafios do país em educação são continuar as metas traçadas pelo PNE, desenhadas a partir de parâmetros internacionais, e combater a desigualdade entre as regiões. “Poucos são os pa-

íses abaixo do Equador que já conseguiram realizar a universalização da educação básica e dar condições de igualdade no acesso e na permanência. Esse é o nosso desafio geral, e temos que tratar da superação das desigualdades regionais, que são visíveis e inaceitáveis”, constata a ex-secretária da Educação Básica do Ministério da Educação entre 2014 e 2015.

**Segurança pública** – Os dados do mais recente Atlas da Violência confirmam o aumento alarmante desse fenômeno social. Em 2016, o país registrou 62.517 homicídios, alcançando a taxa de 30,3 mortes a cada 100 mil habitantes, com crescimento dos assassinatos principalmente nas capitais do Nordeste. Conforme o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2006 a 2016, o número de negros alvos de homicídio aumentou 23%, enquanto o de não negros caiu 6,8%.

A redução desses indicadores deve ser a prioridade para o governo, segundo a avaliação da professora do Programa em Pós-graduação em Sociologia da UFRGS Letícia Maria Schabbach. Ela sugere a realização de um pacto pela vida e não pelas armas, aos moldes dos praticados em estados como Pernambuco, Ceará e Minas Gerais. As propostas incluem um fator considerado chave pela docente, que é a integração entre agentes de segurança.

“Era uma proposta muito promissora porque foram construídos centros de integração entre as polícias, o Ministério Público e o Judiciário em todo o país para melhorar o processamento e a investigação dos homicídios, mapear os locais onde acontecem os crimes e suas causas e, com isso, atuar mais efetivamente na prevenção”, pontua. A pesquisadora na área da Segurança Pública ressalta que uma das mais eficientes medidas no combate à violência transita pelo gerenciamento e pela avaliação das forças de segurança aos moldes dos sistemas de avaliação de educação e saúde.

Mais pessimista, o professor de Relações Internacionais da Unisinos Bruno Lima Rocha fala em pesadelo societário. “A sociedade brasileira regride a passos gigantes em relação às conqui-



tas da Constituição de 1988. E essa não é questão de governo, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, foi aprovado durante o governo FHC, que era neoliberal. Agora, no entanto, poderemos viver um processo de anulação ou flexibilização de direitos adquiridos, abertura liberal da economia e autorização do Estado para que as pessoas e os policiais cometam violência. A sociedade terá de recomeçar do zero”, lamenta.

**Economia** – O crescimento econômico será o grande desafio do próximo governo. Na avaliação do professor da Faculdade de Economia da UFRGS Flávio Fligenspan, esse será o vetor para começar a resolver outros problemas, como o alto índice de desemprego e a retração da produção nacional.

Depois do recuo de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e em 2016 e do crescimento de apenas 1% em 2017, a perspectiva de aumento da economia para 2018 está em pouco mais de 1%. “Significa que num período de quatro anos andamos para trás, e nada pode ser pior em economia. Se a conta fosse feita em termos per capita, o resultado seria ainda mais negativo, dado o aumento da população. Os números são suficientemente fortes para mostrar o tamanho do problema em que nos metemos, com repercussões sobre emprego, inadimplência e fechamento de empresas”, destaca Fligenspan.

O docente aponta que foi criado um dogma de que o gasto governamental é sempre algo ruim, o que acaba por prejudicar ainda mais o desenvolvimento do país. O pesquisador lembra que os investimentos em grandes obras públicas são propulsores para a retomada dos aportes da iniciativa privada. “A sociedade inventou essa fantasia alegando déficit, que, claro, pode ser gerado, mas o empresariado não tem e não terá a iniciativa de realizar investimentos em mobilidade e logística. Grandes obras geram milhares de empregos, e quem toma a dianteira sempre é o governo federal.”

No contexto de crise, as políticas públicas da área social também tendem a ser esfareladas. Dificilmente um governante terá coragem de acabar com o Bolsa Família, por exemplo, mas

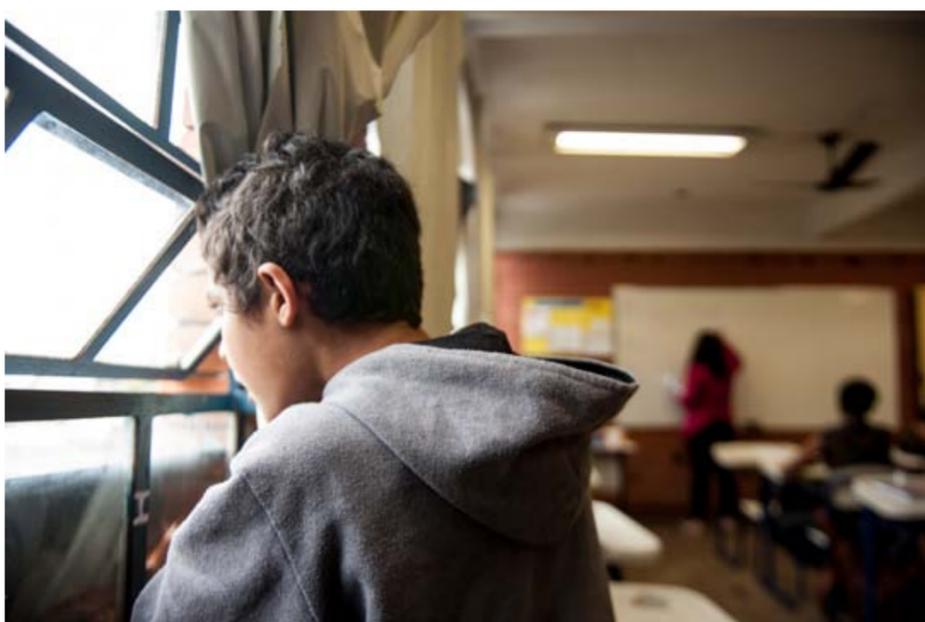
medidas podem ser realizadas para diminuir a importância do programa, que atualmente tem 13,9 milhões de beneficiários. De acordo com as normas atuais, as bolsas são fornecidas segundo os dados do censo demográfico feito pelo IBGE. No entanto, o governo Temer já sinalizou que não destinaria os recursos necessários para fazer um censo completo, com custo de R\$ 3,4 bilhões. A pós-doutoranda do PPG em Políticas Públicas da UFRGS Aline Hellmann acredita que o censo de 2020 está ameaçado por ser uma pesquisa cara. “Existe um segmento político que não vê vantagens, considerando que outras empresas poderiam fazer. Porém, é uma ótica enviesada, uma vez que esses dados são muito valiosos no mercado. Já a falta dessas informações compromete diretamente a elaboração e aplicação das políticas sociais no país”, argumenta.

Especialista em monitoramento de políticas sociais, ela ressalta que o Bolsa Família não pode ser visto como um benefício isolado que logrou retirar milhões de famílias da extrema pobreza. Há um conjunto de outras políticas, como a condicionalidade da manutenção das crianças na escola e vacinadas, o que reduz futuros gastos com saúde pública, e a valorização real do salário mínimo. Hellmann reconhece, no entanto, que a política baseada no consumo foi exaurida, e a crise mundial ocorrida em 2008 recaiu sobre a economia brasileira.

De acordo com Fligenspan, em um panorama de recessão e de mercado internacional fraco, os outros setores que poderiam puxar para cima o crescimento da economia estavam bloqueados. “Restou esperar o tempo passar e torcer para que alguns entraves fossem solucionados, como a redução da inadimplência, por exemplo, o que recolocaria consumidores em posição de novamente contratarem operações de crédito e assim ativarem o comércio e a indústria. Esse ajuste, entretanto, tem sido lento porque o mercado de trabalho tem custado para sair de sua pior crise”, conclui.

\*Repórter

\*\*Estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU

